



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região**

PORTARIA G.P. Nº 934/2017

São Luís, 26 de Setembro de 2017.

**O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**, no uso de
suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E

Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do **Anexo I – Demonstrativo de Despesa Com Pessoal**, parte integrante do **Relatório de Gestão Fiscal** de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea “a” – anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017 e a **Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal** de acordo com o Acórdão TCU Plenário nº 553/2017.

Dê-se ciência.

Disponibilize-se do *site* deste Regional.

DES. JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMBARGADOR JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Lei 11.419/2006)
EM 26/09/2017 15:29:46 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: AE120EF8B0.82BFE7A02D.EC2BC71767.16876A1814

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	170.300.591,81	75.869,44	170.376.461,25
Pessoal Ativo	151.225.408,39	63.045,30	151.288.453,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.075.183,42	12.824,14	19.088.007,56
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.070.968,77	12.824,14	19.083.792,91
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.499.151,21	12.824,14	1.511.975,35
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.571.817,56	0,00	17.571.817,56
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	151.229.623,04	63.045,30	151.292.668,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,020701%	0,000009%	0,020710%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,042882%		313.266.338,15
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,040738%		297.603.021,25
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,038594%		281.939.704,34

FONTE: TESOIRO GRENENCIAL - SOF/TRT16 - 22/SET/17 - 09.30 MIN

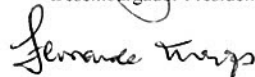
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64,
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R\$ 51.142,22, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Circular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário.

Nota3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R\$ 2.577.721,84, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.


JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
Desembargador Presidente


FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES
Diretora Geral Substituta


FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
Secretária de Orçamento e Finanças


MARIA HELENA PINHEIRO BELO
Coordenadora de Controle Interno


LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 CONSOLIDAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO V

RS 1.00

	PERÍODO						
	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	145.974.336,37	154.174.526,65	155.380.847,93	155.242.261,94	159.859.400,28	164.973.726,67	170.376.461,25
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.497.463,77	14.727.634,62	15.401.868,20	15.563.177,77	17.605.556,57	18.169.474,61	19.083.792,91
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	132.476.872,60	139.446.892,03	139.978.979,73	139.679.084,17	142.253.843,71	146.804.252,06	151.292.668,34
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL.							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.642,623	674.522.742,050	700.438.647,763	695.041.041,696	722.474.299,182	718.531.431,019	730.531.081,000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,20168%	0,20673%	0,019984%	0,20097%	0,019690%	0,204131%	0,20710%
LIMITE MÁXIMO	LRP, art. 20, incisos I, II e III	0,209946%	0,209946%	0,209946%	0,209946%	0,209946%	0,209946%
	Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente 4.	0,029937%	0,029937%	0,029937%	0,029937%	0,029937%	0,029937%
	Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente 4.	0,026353%	0,026353%	0,026353%	0,026353%	0,026353%	0,026353%
	Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente 4.	0,026304%	0,026304%	0,026304%	0,026304%	0,026304%	0,026304%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST,CSJT N° 12/2015	0,042882%	0,042882%	0,042882%	0,042882%	0,042882%	0,042882%	0,042882%

11 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4

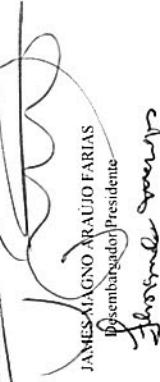
12 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

13 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

14 Indicar o Ato Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

15 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017

16 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, reafirmou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017, o valor retificado da RCL e de R\$ 709.929.575 mil, no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.


 JAMES MAGNO ARAUJO FARIAS
 Desembargador Presidente

FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES
 Diretora Geral Substituta


 FLAVIA REGINA RÉGO CORDEIRO

Secretária de Orçamento e Finanças
 MARIA TEREZA P. B. B.

Coordenadora de Controle Interno
 LAENA HICANE SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Contabilidade Analítica